

Governo paga dívidas atrasadas em janeiro

BRASÍLIA (O GLOBO) — As dívidas de curto prazo, já vencidas, do Governo para a iniciativa privada — que hoje chegam a Cr\$ 118 bilhões — serão totalmente pagas no período de janeiro a março de 1981, informou ontem o secretário-geral do Ministério do Planejamento, José Flávio Pécora.

Segundo Pécora, os recursos para saldar essas dívidas já estão destacados no Orçamento da União de 1981, cujo projeto de lei foi remetido pelo presidente da República ao Congresso, na última sexta-feira.

SEGURANÇA

Pécora observou, ainda, que a injeção de tal quantia no mercado, em

tal curto prazo, não provocará novas pressões inflacionárias.

— O Governo não vai emitir, nem inventar dinheiro para isso. Quando classificamos o orçamento para 1981 de “realista” é porque previmos com segurança o equilíbrio entre receita e despesa, o que vai ocorrer, também, neste caso específico.

Além disso, o secretário-geral disse que, no primeiro trimestre do ano, a expansão dos meios de pagamento é menor, devido a uma natural retração na atividade econômica, fato que contribuirá para que o dispêndio de Cr\$ 118 bilhões não pressione a taxa de inflação.

Ao analisar o projeto de lei do Orçamento da União para 1981, Pécora destacou o fato de que 50 por cento

do total dos recursos vinculados irão para o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), passando a constituir recursos ordinários. No orçamento de 1982, a totalidade dos recursos vinculados passarão a ser ordinários, o que dará ao Governo, segundo Pécora, maior mobilidade para alocações, conforme prioridades estabelecidas diretamente pelo presidente da República.

Segundo Pécora, o critério de vinculação de recursos cristalizaram muitas prioridades que foram superadas pela evolução da economia:

— Procuramos tirar do orçamento aquele caráter “incremental”, ou seja, a cada ano o órgão acrescentava dez, 15 por cento nos recursos que havia recebido no exercício ante-

rior, sem, no entanto, justificar — à luz das necessidades econômicas — a manutenção da antiga prioridade. Agora, o Governo terá maior mobilidade nas suas alocações.

INFLAÇÃO

O secretário-geral não quis, por outro lado, informar com que taxas de inflação e de desvalorização cambial para 1981 o Ministério do Planejamento trabalhou para “fechar” o Orçamento da União. Ele explicou que foram levados em consideração projeções de diversos indicadores — como as próprias taxas de inflação e cambial, além do crescimento das importações, aumento de salários, expansão de taxas de juros — mas que a revelação deste dado “envolve uma decisão política que ainda não é

tempo de fixar”. Admitiu, contudo, que a taxa de inflação para 1981 não poderá ficar muito distante da prefixação da correção monetária para o período julho de 1980/ junho de 1981 (50 por cento).

Esclareceu, ainda, que não há uma decisão — como ocorreu este ano — de introduzir novos mecanismos de política tributária, visando ampliar a base monetária, a fim de atender prioridades do Governo.

— O orçamento trabalhou com a legislação existente. Teoricamente, há possibilidade de introduzir modificações na política tributária, como há, também, de se diminuir as despesas. Entretanto, isso não está previsto pelo Orçamento da União para 1981 — disse Pécora.